

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Título I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I

PREÂMBULO

Artigo 1º

Associação Beneficente João Paulo II é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia econômica e administrativa.

Artigo 2º

Por força de seu Estatuto Social, a Associação Beneficente João Paulo II, dentre seus objetivos precípuos, fornece e colabora com os meios adequados para o desenvolvimento técnico e científico da saúde no Estado de Pernambuco, ou outros Estados da Federação, nomeadamente nas unidades SUS, tendo como finalidade o desenvolvimento da tríade (I) assistência à saúde, (II) pesquisa e (III) ensino.

Artigo 3º

Este Regulamento tem por objetivo definir os critérios e as condições a serem observadas na compra de produtos para saúde, que inclui, mas não se limita, a produtos para diagnóstico de uso in vitro, equipamentos e materiais de saúde ou produtos correlatos, produtos médicos, dentre outros (material médico hospitalar}, medicamentos, insumos farmacêuticos, material em geral (material) e contratação de serviços e obras, bem como na alienação e locação efetuada com Recurso Fundacional adotando-se procedimento análogo ao previsto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto no 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e demais legislação correlata aplicável, sendo estas aplicadas por analogia.

Artigo 4º

Toda e qualquer compra e contratação de qualquer natureza com o uso de Recurso Público deverá observar o quanto disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto no 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e demais legislação correlata aplicável e pertinente de acordo com a modalidade e o objeto da contratação pretendida, salvo nas hipóteses da Lei Federal no 13.019/2014.

Capítulo II

DA FORMA

Artigo 5º

Todo o procedimento de compra ou contratação de que trata este Regulamento deve estar devidamente documentado na forma deste Regulamento, a fim de possibilitar futura averiguação, controle e fiscalização, conforme legislação vigente.

Capítulo III

DOS PRINCÍPIOS

Artigo 6º

Toda a compra e contratação da Associação Beneficente João Paulo II reger-se-á pelos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, da vinculação ao ato convocatório e busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação aos objetivos institucionais, observadas as melhores práticas de mercado.

Artigo 7º

O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas apresentadas, a mais vantajosa para a Associação Beneficente João Paulo II, levando-se em conta, particularmente, as condições e necessidades das unidades que constituem o universo da instituição, ocasião, desde que pertinente, mediante julgamento objetivo.

Parágrafo Único

Para os fins deste Regulamento, entende-se mais vantajosa a proposta com maior eficiência econômica, melhor padrão de qualidade, durabilidade, garantia, assistência técnica, suporte operacional, prazo, dentre outros requisitos que venham a ser descritos no Edital, quando houver.

Artigo 8º

Deverão ser observadas, ainda, as disposições de toda a legislação nacional e estrangeira, quando aplicável, vigente que discipline o combate à corrupção.

Artigo 9º

A venda ou fornecimento de material ou de serviços e obras para a Associação Beneficente João Paulo II, implica na aceitação integral e irrevogável deste Regulamento e demais regras, políticas e normas aplicáveis pela Associação Beneficente João Paulo II que estiverem em vigor na data do fornecimento ou contratação pelos seus fornecedores.

Título II

DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES NACIONAIS

Capítulo I

DOS PROCEDIMENTOS

Seção I - Das Modalidades de Procedimento

Artigo 10º As modalidades de procedimento para a compra e contratação são:

- I. Compra Direta;
- II. Compra Mediante Orçamentos;
- III. Pregão Privado.

Artigo 11º

As modalidades de procedimento previstas no artigo 10º serão realizadas pelo Departamento de Abastecimento e Logística (DAL) conforme o seguinte fluxo:

a) A Requisição de Compra (R.C.), Requisição de Serviço Externo (R.S.E.) ou Ordem de Serviço (O.S.), conforme modelos dos Anexos I a III deverão ser elaboradas pelo Setor interessado e submetida ao DAL a quem competirá averiguar sua pertinência, devendo esta vir acompanhada de justificativa técnica clara e precisa acerca da necessidade da compra ou contratação e de memorial descritivo detalhado, claro e preciso, cronograma de atividades ou econômico-financeiro e nível de serviço, quando aplicáveis;

b) Se a solicitação tiver origem em qualquer departamento das unidades pertencentes à Instituição João Paulo II o DAL submeterá à Coordenação do Departamento de Administração e Governança (DAG) ou órgão equivalente da instituição, a quem caberá o deferimento ou não quanto à necessidade da compra ou contratação;

c) O DAL deverá realizar cotação prévia de preços, levando-se em consideração que todas as despesas que incluem, mas não se limitam, a mão-de-obra, transporte, frete, acondicionamento, seguro, tributos, encargos e taxas estejam incluídas no preço tanto do fornecimento quanto da prestação de serviços e obras, junto ao mercado, tais como fornecedores habituais, fornecedores cadastrados, neste Departamento;

d) A solicitação será submetida ao DAG da Associação Beneficente João Paulo II, a quem cabe a análise acerca da viabilidade financeira da compra ou contratação pretendida, observados o Planejamento de Compras Trimestral e o Plano Orçamentário da Associação Beneficente João Paulo II ou da unidade específica que requer.

Parágrafo Único: Em todos os casos, a aprovação final da compra ou contratação deverá observar a Grade e Limites de Alçada determinadas no Regimento Interno da Associação Beneficente João Paulo II vigente na ocasião.

Artigo 12º

Todos os procedimentos de compra e contratação ocorrerão sob a supervisão da DAG da Associação Beneficente João Paulo II, com o acompanhamento do Serviço Financeiro, Serviço Administrativo e Assessoria Jurídica no que couber.

Seção II - Da Compra Direta

Artigo 13º

Compra Direta é a modalidade de procedimento realizada nos seguintes casos:

- a) Para compra e contratação cujo valor global não ultrapasse R\$3.000,00, quando relacionada a obras e R\$1.000,00 nos demais casos, desde que não se refiram a parcelas de compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez e/ou de um mesmo serviço, obedecendo aos limites orçamentários do Planejamento de Compras Trimestral e o Plano Orçamentário da Associação Beneficente João Paulo II, conforme disposto na alínea "d" do artigo 11º acima;
- b) Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;
- c) Na contratação de entidade jurídica sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- d) Para aquisição de softwares específicos, quando adquiridos diretamente de fabricante ou de seu representante;
- e) Na contratação de pessoa jurídica de direito público, autarquia ou sociedade de economia mista, com suas subsidiárias e controladas para a aquisição de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- f) Na contratação de serviços públicos diretamente de concessionárias, tais como serviços de fornecimento de água, energia elétrica, gás e telefonia;

g) Para a contratação de serviços de profissional, como coordenador ou executor de projeto de sua autoria, ou de profissional que, com reconhecida competência, já tenha anteriormente prestado serviços da mesma natureza à Associação Beneficente João Paulo II ou, ainda, de docente indicado por instituição de ensino, com a qual a Associação Beneficente João Paulo II mantenha convênio, contrato de cooperação ou parceria;

h) Para contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, por culpa do fornecedor e/ou contratada;

i) Na aquisição de material médico hospitalar, medicamentos, insumos farmacêuticos, material ou congêneres diretamente de fabricante único ou fornecedor exclusivo, desde que comprovada à exclusividade através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local do fornecimento ou contratação, ou pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal ou entidades equivalentes;

j) Na contratação de serviços com empresas ou profissionais de notória especialização, assim entendidos aqueles cujo conhecimento específico, ou conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

k) Na contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Parágrafo 1º

Nos casos elencados nas incisos a) a k), a Associação Beneficente João Paulo II, através do DAL, efetuará uma pesquisa de preço na forma estabelecida na alínea "c" do artigo 11º, deste Regulamento que integrará o Processo de Compra.

Parágrafo 2º

A Compra Direta será solicitada mediante R.C., R.S.E. ou O.S., o que for aplicável, e deverá ser sempre justificada de forma, clara, precisa e

pormenorizada pela área de interesse, observadas a necessidade, a pertinência e a viabilidade da compra ou contratação pretendida.

Parágrafo 3º

Na hipótese disposta no inciso a) do artigo 13º acima, o fornecedor ou contratada deverá apresentar apenas cópia de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) e de seu ato constitutivo devidamente atualizado. Nas demais hipóteses dispostas nos incisos a) a k) do artigo 13º o fornecedor ou contratada deverá satisfazer as condições de Habilitação previstas nos artigos 28º a 31º, 34º e 35º abaixo.

Seção III - Da Compra Mediante Orçamentos

Artigo 14º

Compra Mediante Orçamentos é a modalidade de procedimento realizada mediante prévia obtenção de, no mínimo, 3 (três) orçamentos, entre interessados do ramo pertinente ao objeto da compra e contratação.

Artigo 15º

Esta modalidade será cabível para compra e contratação cujo valor ultrapasse R\$3.000,00, quando relacionada a obras e R\$1.000,00 nos demais casos e até o limite de R\$7.500,00 quando relacionada a obras e R\$3.500,00 nos demais casos.

Parágrafo 1º

A Compra Mediante Orçamento será solicitada mediante R.C., R.S.E. ou O.S., o que for aplicável, e deverá ser sempre justificada de forma, clara, precisa e pormenorizada pela área de interesse, observadas a necessidade, a pertinência e a viabilidade da compra ou contratação pretendida.

Parágrafo 2º

O fornecedor ou contratada será escolhido em conformidade com o disposto nos artigos 19º a 26º deste Regulamento e deverá satisfazer as condições de Habilitação previstas nos artigos 28º a 31º, 34º e 35º abaixo.

Seção IV - Do Pregão Privado Artigo

16º Pregão Privado é a modalidade de procedimento realizada entre interessados do ramo pertinente ao objeto da compra ou contratação, mediante ampla concorrência, para compra e contratação cujo valor ultrapasse R\$7.500,00 quando relacionada a obras e R\$3.500,00 nos demais casos.

Artigo 17º O Pregão Privado pode se dar na forma presencial ou eletrônica, a critério da Associação Beneficente João Paulo II.

Parágrafo

1º A Associação Beneficente João Paulo II poderá adotar o sistema de Registro de Preços Privado para o registro formal de preços relativos à compra de material e prestação de serviços para contratações futuras com validade de 12 (doze) meses, seguindo o rito estabelecido para a modalidade "Pregão Privado" nas seguintes hipóteses:

- I. Quando, pelas características do material médico hospitalar, medicamentos, insumos farmacêuticos, material (também denominado "bem") ou serviços, houver necessidade de contratações frequentes e repetitivas;
- II. Quando for conveniente a compra de bem com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III. Quando for conveniente a compra de bem ou a contratação de serviços para atendimento para mais de um Setor/Unidade da Associação Beneficente João Paulo II ou de sua entidade apoiada; ou IV. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Associação Beneficente João Paulo II.

Subseção I - Dos Requisitos do Edital

Artigo 18º

O Edital de procedimento para compra ou contratação que for realizada pela modalidade de Pregão Privado conterá:

I. Número de ordem em série anual, o nome da Associação Beneficente João Paulo II, a forma da compra e/ou regime de execução dos serviços e a menção de que será regido por este Regulamento;

II. Local, dia e hora para realização da modalidade, seja de forma presencial ou eletrônica, para participação e credenciamento, recebimento da proposta de preço e documentos de Habilitação;

III. Indicação da página eletrônica na qual será publicado o Edital e seus anexos;

IV. Descrição de seu objeto de forma sucinta e claro devidamente acompanhado de memorial descritivo, detalhado, exato e preciso, cronograma de atividades ou de desempenho econômico-financeiro e nível de serviço, quando aplicáveis;

V. Requisitos para a participação e credenciamento;

VII. Descrição dos requisitos da proposta de preço;

VIII. Descrição dos documentos de Habilitação;

IX. Condições de fornecimento e pagamento;

X. Critério para julgamento com disposições claras e objetivas; XI. Instruções e normas para os recursos previstos neste Regulamento; e

XII. Outras indicações consideradas necessárias pela Associação Beneficente João Paulo II, com a finalidade de propiciar competitividade entre os participantes.

Subseção II - Do Preço e da Classificação das Participantes

Artigo 19º

O DAG analisará a proposta de preço apresentada pelas participantes credenciadas na forma do Edital e verificará:

I. O atendimento das especificações, prazos e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos;

II. A qualidade;

III. Se o preço apresentado não está baseado exclusivamente na proposta de preço das demais participantes credenciadas.

Artigo 20º

No exame da proposta de preço serão consideradas todas as circunstâncias de que resulte vantagem para a Associação Beneficente João Paulo II, nos termos do parágrafo único do artigo 7º deste Regulamento.

Parágrafo Único

Será justificado, por escrito, pelo DAL, sempre que não houver opção pela proposta de menor preço, mas que atenda adequadamente à descrição do objeto do Pregão Privado e que represente vantagem para a Associação Beneficente João Paulo II, conforme parágrafo único do artigo 7º deste Regulamento.

Artigo 21º

As propostas de preço serão classificadas em ordem crescente de preço proposto, sendo desclassificadas as propostas de preço que estiverem em desacordo com os requisitos dos artigos 19º e 20º acima.

Artigo 22º

Efetuada a classificação das participantes será aberta a oferta de lances, sendo que a última classificada iniciará o primeiro lance e assim sucessivamente. Se os preços ofertados por duas ou mais participantes forem idênticos, a ordem para oferta de lances será decidida por sorteio.

Artigo 23º

Concluída a rodada de lances, o DAL poderá negociar com a participante da oferta de menor preço com vistas à redução do preço. Após a negociação, se houver, a Comissão de Compras examinará a proposta com menor preço e

decidirá motivadamente acerca de sua aceitabilidade, declarando a participante vencedora do Pregão Privado.

Parágrafo Único

O critério de aceitabilidade dos preços de mercado propostos pelas participantes será o de compatibilidade com os preços praticados pelo mercado, coerentes com o fornecimento do objeto da compra ou contratação.

Artigo 24º

Declarada a vencedora, esta apresentará na sessão, se o Pregão Privado for presencial, ou em data e hora designados no Edital, se o Pregão Privado for eletrônico, os documentos de Habilitação elencados nos artigos 28º a 31º, 34º e 35º deste Regulamento.

Artigo 25º

A proposta de preço ou lance ofertados por qualquer participante será considerado completo, preciso e firme, não sendo permitida, após sua oferta, a desistência, sob pena de ser declarada impedida de contratar com a Associação Beneficente João Paulo II pelo período de 2 (dois) anos, sem prejuízo de cancelamento de sua inscrição junto ao Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II e aplicação das demais sanções dispostas neste Regulamento e no Edital de convocação, se for o caso.

Artigo 26º

Na hipótese de haver um único participante competirá ao DAL, analisando as limitações do mercado e outros aspectos pertinentes, decidir entre considerar fracassado o Pregão Privado e abrir novo Pregão Privado, suspender o Pregão Privado ou prosseguir com o Pregão Privado. A decisão restará devidamente consignada e justificada em ata da sessão.

Subseção III - Dos Documentos de Habilitação

Artigo 27º

Para habilitação das participantes será exigido a documentação relativa a:

- I. Habilitação Jurídica;
- II. Qualificação Técnica;
- III. Qualificação Econômico-Financeira; e
- IV. Regularidade Fiscal e Trabalhista.

Artigo 28º

A documentação relativa à Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, também o documento de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento que comprova a quem compete à administração, seus poderes e atribuições; e
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para o funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Artigo 29º

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá em:

- I. Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando foro caso;
- II. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da compra ou contratação, mediante atestado expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado; e

III. Prova de atendimento de requisitos e normas regulatórias previstos na legislação em vigor que incluem, mas não se limitam, a Autorização de Funcionamento Especial emitida pela Agência Nacional de Saúde (ANVISA), registro de produtos perante a ANVISA, dentre outros, quando for o caso.

Artigo 30º

A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:

I. Balanço patrimonial e demonstração financeira do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove: a) índice de Liquidez Geral apurado conforme fórmula $Liquidez\ Geral\ Ativo\ Circulante + Ativo\ Realizável\ em\ longo\ Prazo / Passivo\ Circulante + Passivo\ Exigível\ em\ longo\ Prazo$ igual ou superior a 1 (um) ou b) existência decapital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo correspondente até 10% (dez por cento) do valor estimado da compra ou contratação; e

II. Certidão negativa de falência, recuperação judicial extrajudicial e concordata da participante.

Artigo 31º

A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas junto ao Ministério da Fazenda (CNPJ) relativo ao estabelecimento participante (sede, filial, sucursal ou agência, conforme o caso);

II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao estabelecimento do participante (sede, filial, sucursal ou agência, conforme o caso), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da compra ou contratação;

III. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao estabelecimento da participante (sede, filial, sucursal ou agência, conforme o caso), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da compra ou contratação;

IV. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, sendo as duas últimas relativas ao estabelecimento da participante (sede, filial, sucursal ou agência, conforme o caso), quais sejam:

a) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais; e

c) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais; V. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRFFGTS); e VI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei Federal no 12.440, de 7 de julho de 2011.

Artigo 32º

Na hipótese da vencedora deixar de apresentar quaisquer dos documentos elencados nos artigos 28º a 31º, acima, 34º a 35º abaixo, será inabilitada sendo, a critério da Associação Beneficente João Paulo II, declarada impedida de contratar com a Associação Beneficente João Paulo II pelo período de 2 (dois) anos, sem prejuízo de cancelamento de sua inscrição junto ao Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II e aplicação das demais sanções dispostas no Edital de convocação.

Artigo 33º

A Associação Beneficente João Paulo II, a seu exclusivo critério, fará a verificação da inscrição da participante no Cadastro Nacional de Empresas inidôneas e suspensas e no Cadastro de Empresas Punidas, disponível no Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaltransparencia.gov.br), sendo que o registro em tais cadastros implicará em impedimento para qualquer contratação com a Associação Beneficente João Paulo II, sem prejuízo de cancelamento de sua inscrição junto ao Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente

João Paulo II e aplicação das demais sanções dispostas no Edital de convocação.

Subseção IV - Dos Registros Cadastrais

Artigo 34º

Caso a participante seja inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou Cadastro de Fornecedores do Cadastro de Empresas para Compras do Estado, a comprovação da habilitação será efetuada mediante a verificação dos níveis validados através de consulta online junto a tais órgãos cadastrais durante a sessão, se o Pregão Privado for presencial, ou na data de entrega do envelope de habilitação, se o Pregão Privado for eletrônico, sem prejuízo da apresentação pela participante dos documentos não abarcados pelo seu cadastro junto aos mencionados órgãos cadastrais.

Parágrafo Único

A Associação Beneficente João Paulo II não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a participante será inabilitada.

Artigo 35º

Caso a participante seja inscrita no Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II, a comprovação da habilitação será efetuada mediante a entrega de certificado emitido pela Associação Beneficente João Paulo II, na forma estabelecida no Título IV deste Regulamento, durante a sessão, se o Pregão Privado for presencial, ou na data de entrega do envelope de habilitação, se o Pregão Privado for eletrônico, sem prejuízo da apresentação pela participante dos documentos não abarcados pelo seu Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II.

Artigo 36º

Os documentos referentes aos artigos 28 a 31 deste Regulamento, não excluem outros que, a critério da Associação Beneficente João Paulo II, poderão ser exigidos das participantes.

Subseção V - Dos procedimentos, do julgamento das propostas e dos recursos

Artigo 37º

O procedimento da seleção de fornecedores será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa, com a consequente autorização e à qual serão juntados oportunamente todos os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.

- I. Na definição do objeto não será admitida a indicação de características e especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela Diretoria Executiva.
- II. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto deverá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.

Artigo 38º

O procedimento para seleção de fornecedores será conduzido por uma comissão, observando-se na modalidade pregão o disposto nos artigos 17º a 20º, e nas seguintes fases:

- I. - abertura, em dia e hora previamente designados, dos envelopes contendo as propostas, verificando-se sua conformidade com os requisitos do edital, desclassificando-se aquelas que não os tenham atendido;
- II. - abertura, na sequência ou em dia e hora previamente designados, dos envelopes que contenham a documentação relativa à habilitação dos participantes, na ordem de classificação das propostas, com devolução aos inabilitados ou das não analisadas, de suas propostas fechadas de maneira inviolável, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III. - julgamento das propostas classificadas, com a escolha daquela mais vantajosa para a Associação João Paulo II, segundo os critérios estabelecidos no instrumento convocatório;

IV. - encaminhamento das conclusões da comissão de seleção à autoridade a que competir a homologação do resultado do julgamento e adjudicação do objeto ao participante vencedor;

V. - comunicação do resultado conforme estabelecido no instrumento convocatório.

a) Se o participante classificado em primeiro lugar for inabilitado e após julgados eventuais recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos envelopes de habilitação dos participantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o procedimento previsto neste artigo, para que o seguinte classificado que preencha as condições de habilitação seja declarado vencedor, nas condições de sua proposta.

b) Previamente à adjudicação de uma proposta, a comissão poderá exercitar o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de maximizar resultados em termos de qualidade e preço.

Artigo 39º

As decisões referentes à habilitação, aos julgamentos e aos recursos serão comunicadas diretamente aos participantes e lavradas em ata, se presentes seus prepostos no ato em que for adotada a decisão, ou por publicação numa das formas previstas, ou ainda por outro meio formal.

Parágrafo Único.

No pregão eletrônico os participantes serão considerados comunicados das decisões a partir do momento em que vierem a ser disponibilizadas no sistema eletrônico.

Artigo 40º

Será facultado à comissão de seleção, desde que previsto no instrumento convocatório, inclusive na modalidade pregão presencial, abrindo primeiramente o envelope de habilitação e após as propostas dos licitantes habilitados. Inverter a ordem do procedimento para quaisquer modalidades da seleção.

Artigo 41º

O pregoeiro será formalmente designado e integrará a comissão de seleção, se já não for um de seus membros.

Artigo 42º

No julgamento do pregão será adotado, exclusivamente, o critério de menor preço, observadas as demais condições definidas no instrumento convocatório.

Subseção VI - Das Atas

Artigo 43º

Todos os atos e procedimentos adotados na sessão do Pregão Privado, na modalidade presencial ou eletrônico, serão registrados em ata inclusive as eventuais manifestações das participantes.

Subseção VII - Dos Recursos

Artigo 44º

Da declaração da (s) vencedora (s), das decisões de inabilitação de participante, anulação, nulidade, revogação ou cancelamento de procedimento na modalidade Pregão Privado, presencial ou eletrônico, qualquer participante, em sessão, poderá manifestar intenção motivada de apresentar recurso cujas razões recursais serão apresentadas em 2 (dois) dias úteis, computando-se no prazo recursal o dia da sessão. As demais participantes, no mesmo ato, restarão intimadas para apresentar suas contrarrazões de recurso em igual número de dias que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo concedida vista imediata dos autos.

Parágrafo Único

A ausência de manifestação da intenção motivada de apresentar o recurso importará em renúncia ao direito de recorrer e conseqüentemente decaindo o seu direito.

Artigo 45º

As razões de recurso, bem como as contrarrazões serão endereçadas a Assessoria Jurídica da Associação Beneficente João Paulo II mediante protocolo em local e horário designados no Edital. Parágrafo Único Não será admitida apresentação de razões de recurso ou de suas contrarrazões via e-mail.

Artigo 46º

Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo das contrarrazões conforme Regulamento. Parágrafo Único O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento e será divulgado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados fim do prazo das contrarrazões que tratam do artigo 38 deste Regulamento.

Capítulo II

DAS CONTRATAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS

Seção I - Dos Requisitos

Artigo 47º

A contratação de Pessoas Físicas para a prestação de serviços à Associação Beneficente João Paulo li se dará em caráter excepcional e não excederá ao período de três (03) meses e ao valor global de R\$6.000,00 e deverá atender aos seguintes requisitos:

I. Somente será admitida para fins de prestação de serviços especializados relacionados à expertise do prestador em caráter não exclusivo e impessoal, sendo remunerado contra Recibo de Pagamento ao Autônomo (RPA) emitido pelo prestador à Associação Beneficente João Paulo II;

II. O prestador de serviços deverá manter registro de contribuinte perante à prefeitura do município dos quais as unidades CHS fazem parte;

III. O prestador de serviços estará sujeito a todos os encargos fiscais pertinentes ao objeto da contratação.

Artigo 48º

Para a contratação da Pessoa Física, será necessário cumprimento do fluxo disposto neste Regulamento e a apresentação pela Unidade ou Setor interessado de:

I. Memorando justificando tecnicamente a escolha do profissional;

II. Plano de trabalho justificando a necessidade de contratação do serviço, a demanda prevista e os resultados a serem alcançados;

III. Declaração informando que o profissional não pertence ao quadro de funcionários da Associação Beneficente João Paulo II.

Artigo 49º

A Unidade ou Departamento interessado deverá informar e declarar, sob as penas da lei, que o preço proposto está de acordo com os praticados no mercado.

Seção II - Dos Documentos de Habilitação

Artigo 50º

A Pessoa Física que será contratada deverá apresentar à Associação Beneficente João Paulo II:

I. Curriculum Vitae e comprovação de títulos, se aplicável; Proposta técnica e de preço elaborada e assinada, contendo a descrição detalhada do serviço a ser prestado, os prazos, valores unitários e totais, dados bancários, o resultado do trabalho, o deliverable (produto a ser entregue) e o número de sua inscrição à prefeitura do município dos quais as unidades CHS fazem parte;

II. Cédula de identidade;

III. Cadastro de pessoa física (CPF); IV. Registro na entidade de classe, se aplicável; e

V. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Artigo 51º

Caberá ao DAG da Associação Beneficente João Paulo II, a seu critério de viabilidade econômico-financeira e de gestão de risco, observando-se as regras estabelecidas no Estatuto Social da Associação Beneficente João Paulo II e de seu Regimento Interno, assim como seu Código de Ética e Conduta e de suas normas e políticas que estiverem em vigor na ocasião, aprovar a justificativa apresentada pela Unidade ou Departamento autorizando a contratação de Pessoa Física.

Capítulo III

DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES INTERNACIONAIS

Artigo 52º

A compra de material médico hospitalar e insumos farmacêuticos, importados em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.010, de 29 de março de 1.990 (Lei 8.010/90), será efetuada mediante importação pelo DAL, assim como as demais aquisições de material importado, desde que observado o fluxo disposto neste Regulamento e as demais leis aplicáveis.

Artigo 53º

O material médico hospitalar e os insumos farmacêuticos importados em conformidade com o disposto na Lei 8.010/90, somente poderão ser destinados à pesquisa científica ou tecnológica. Artigo 54º Na hipótese disposta no artigo 47º caberá ao Departamento envolvido no Projeto de Pesquisa Científica ou Tecnológica:

- I. Certificar-se e garantir de que foram atendidos os requisitos da Lei 8.010/90 ou da legislação aplicável que estiver em vigor por ocasião da importação;
- II. Responsabilizar-se pela emissão dos documentos necessários vinculados à isenção disposta na Lei Federal nº 8.010/90 ou da legislação aplicável que estiver em vigor por ocasião da importação;
- III. Prestar esclarecimentos e/ou apresentar documentos, com a finalidade de atender às diligências realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou pela Receita Federal do Brasil (RFB}, com o intuito de verificar se estão sendo atendidas as disposições atinentes a Lei 8.010/1990 ou da legislação aplicável que estiverem vigor por ocasião da importação e garantir seus benefícios fiscais;
- IV. Comprometer-se a utilizar o (s) bem (s) importados única e exclusivamente nos Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica, respondendo perante os órgãos competentes em caso de desvio de destinação deste (s) bem (s), assumindo todas as responsabilidades administrativas, cíveis e penais quanto às irregularidades apuradas;
- V. Responder, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal, pelos danos diretos e indiretos ocasionados à Associação Beneficente João Paulo II, e que estejam relacionados aos Projetos de Pesquisa Científica ou Tecnológica.

Artigo 55º

Na hipótese de aquisição de produtos importados, exceto na condição disposta no artigo 47º acima, caberá ao Departamento:

- I. Certificar-se e garantir de que foram atendidos os requisitos da legislação aplicável que estiver em vigor por ocasião da importação;
- II. Responsabilizar-se pela emissão dos documentos necessários em cumprimento a legislação aplicável na ocasião;
- III. Prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários;

IV. Assumir todas as responsabilidades administrativas, cíveis e penais quanto às irregularidades apuradas; e

V. Responder, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal, pelos danos diretos e indiretos ocasionados à Associação Beneficente João Paulo II, e que estejam relacionados a importações irregulares.

Artigo 56º

As empresas estrangeiras que não funcionem no país atenderão as modalidades estabelecidas neste Regulamento, tanto quanto possível, e atenderão às exigências relativas aos Documentos de Habilitação elencados neste Regulamento mediante apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos Consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

Título III

DOS PROCESSOS DE COMPRAS OU CONTRATAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Capítulo I

DA COMPOSIÇÃO DO PROCESSO

Artigo 57º

A compra ou contratação, nacional ou internacional, será iniciada com a abertura de respectivo processo devidamente autuado, protocolado e numerado em ordem cronológica, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso para a despesa e sua origem, e conterà:

I. Os documentos descritos acima neste Regulamento;

II. Orçamentos, justificativa de compra ou contratação e respectivos anexos, se houver;

- III. Projeto básico que consiste no conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar obra ou serviço ou complexo de obras ou serviços, devendo possibilitar principalmente avaliação do custo da obra e definição dos métodos e prazo de execução;
- IV. Projeto executivo, no caso de obras, que consiste no conjunto de elementos necessários e suficientes à realização do empreendimento a ser executado, com nível máximo de detalhamento possível de todas as etapas, constituindo-se em detalhamento do Projeto Básico, determinando, de forma minuciosa, as condições de sua execução, em conformidade com as normas pertinentes, em especial as expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.
- I. Cronograma físico-financeiro, no caso de obras, que consiste no documento contendo a previsão de prazo de execução de cada etapa da obra e respectiva previsão de desembolso financeiro.
- VI. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre os respectivos procedimentos;
- VII. Minuta de Edital e contrato, quando aplicável;
- VIII. Comprovante da publicação do Edital no site nele indicado, quando aplicável a modalidade Pregão Privado; IX. Via Original das propostas e dos documentos que as instruírem; Atas das Sessões Públicas, quando aplicável a modalidade de Pregão Privado;
- X. Documentos de Habilitação na forma descrita neste Regulamento;
- XI. Razões e contrarrazões de recursos eventualmente interpostos pelos interessados e respectivas manifestações e decisões, quando existentes;
- XII. Despacho de anulação ou de revogação do processo, quando for o caso, devidamente fundamentado;
- XIII. Demais documentos relativos ao processo.

Título IV

REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES

Capítulo I

DO CADASTRO DE FORNECEDORES DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
JOÃO PAULO IISeção I- Dos Documentos do Cadastro de Fornecedores da Associação
Beneficente João Paulo II

Artigo 58º

Todo e qualquer interessado em fornecer material e prestar serviços e obras à Associação Beneficente João Paulo II (Interessado) poderá manter cadastro atualizado, realizando, periodicamente, a entrega de informações e dados cadastrais, assim como da documentação estabelecida neste Regulamento em conformidade com sua atividade e com o fornecimento que pretende efetuar.

Artigo 59º

O Interessado é responsável pela remessa de todos os dados, informações e documentos relacionados no artigo 52º acima.

Parágrafo I

Todo e qualquer dado e/ou informação fornecido pelo Interessado ou seus acionistas/ sócios, diretores, empregados, representantes, agentes, prepostos, colaboradores através dos Formulários é verdadeira, completa e precisa em todos os aspectos e não é enganosa, seja por qualquer omissão ou ambiguidade ou por qualquer outro motivo.

Parágrafo II

Os documentos relacionados neste Regulamento devem ser apresentados por meio de cópias autenticadas, salvo àqueles cuja emissão for efetuada pelos sites da internet que deverão estar acompanhados de suas respectivas autenticações eletrônicas.

Parágrafo III

Competirá, exclusivamente por conta e risco do Interessado, a atualização de seus dados cadastrais, bem como das certidões e dos documentos referidos nos artigos 28 a 31 deste Regulamento.

Artigo 60º

Após análise da Associação Beneficente João Paulo II será rejeitado ou aprovado o registro do Interessado. Na hipótese de aprovação do registro do Interessado será emitido Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Associação Beneficente João Paulo II, que servirá como subsídio a todas as contratações que forem realizadas entre a Associação Beneficente João Paulo II e este fornecedor com recurso fundacional.

Parágrafo Único

O DAL da Associação Beneficente João Paulo II efetuará a análise dos Formulários e documentos apresentados pelo Fornecedor em até 15 (quinze) dias de sua apresentação, e a seu exclusivo critério, poderá solicitar ao Fornecedor durante tal prazo a complementação dos dados cadastrais e documental em até 10 (dez) dias da solicitação enviada ao Fornecedor.

Seção II - Da Validade do Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II

Artigo 61º

O Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Associação Beneficente João Paulo II terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua emissão, salvo os registros, licenças e permissões perante as Entidades Profissionais (CRM, COREN, CRF, CREA, OAB, dentre outros}, e perante as agências reguladoras (ANVISA, ANS, dentre outras), as certidões e balanço patrimonial que comprovam a qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista que respeitará o prazo de validade de cada um deles em conformidade com a legislação em vigor.

Artigo 62º

O fornecedor que tenha praticado qualquer das condutas descritas nos artigos 25º, 32º e 67º deste Regulamento terá sua inscrição junto ao Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II devidamente cancelado e sofrerá as sanções previstas nos referidos artigos.

Título V

DOS CONTRATOS E SUA PRORROGAÇÃO

Capítulo I

DOS CONTRATOS

Seção I - Dos Requisitos e Princípios

Artigo 63º

Os contratos celebrados com a Associação Beneficente João Paulo II estabelecerão, de forma clara e precisa, o objeto lícito, certo e determinado, condições para sua execução, preço, reajuste mediante negociação entre as partes, forma de pagamento, obrigações e responsabilidades das partes, declarações e garantias prestadas pela contratada e de práticas de conduta anticorrupção.

Artigo 64º

Os contratos celebrados com a Associação Beneficente João Paulo II serão regidos, em especial, pelos princípios da obrigatoriedade da convenção e boa-fé.

Seção I - Da Vigência e Alteração do Objeto

Artigo 65º

Os contratos de prestação de serviços, em geral, serão celebrados pelo período de até 1 (um) ano prorrogável, por períodos iguais e sucessivos até completar 5 (cinco) anos, se houver interesse da Associação Beneficente João Paulo II.

Artigo 66º

Os contratos relativos à compra de material e prestação de serviços para contratações futuras, cuja negociação se deu através de Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços, serão celebrados por período de até 12 (doze) meses, sendo que o efetivo consumo e ou contratação poderá ocorrer de acordo com a necessidade a critério da Associação Beneficente João Paulo II.

Artigo 67º

É vedado celebrar contrato com prazo de vigência indeterminado.

Artigo 68º

A contratada é responsável pelos prejuízos causados à Associação Beneficente João Paulo II decorrentes de ação e omissão relacionadas à contratação entre elas mantida.

Artigo 69º

É dispensável o termo de contrato e facultada a sua substituição, a critério da Associação Beneficente João Paulo II, nos casos de compra ou contratação com entrega imediata e integral de bens ou de serviços.

Artigo 70º

Os contratos poderão ser alterados, nas mesmas condições contratuais, por acréscimo ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor global inicial de 50% (cinquenta por cento).

Capítulo II

DA PRORROGAÇÃO

Artigo 71º

Toda e qualquer prorrogação de prazo de vigência deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Associação Beneficente João Paulo II, observando-se as regras de alçada estabelecidas no Estatuto Social da Associação Beneficente João Paulo II e de seu Regimento Interno, assim como de suas normas e políticas que estiverem em vigor na ocasião, se houver

comprovação de que os princípios e os requisitos deste Regulamento estejam sendo cumpridos.

Artigo 72º

Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência a contratada deverá satisfazer as condições de Habilitação previstas nos artigos deste Regulamento.

Capítulo III

DAS SANÇÕES

Artigo 73º

Para as condutas abaixo descritas, serão aplicadas as seguintes sanções:

I. Para aquele que mantiver relação de qualquer natureza com a Associação Beneficente João Paulo II seja na qualidade de participante de procedimentos, Interessado, Fornecedor, Doador ou Patrocinador da Associação Beneficente João Paulo II (Terceiro) e que:

- a) venha a descumprir os artigos deste Regulamento,
- b) ensejar o retardamento do processo,
- c) não mantiver sua proposta, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo,
- d) fizer declaração falsa,
- e) cometer fraude fiscal ou qualquer ato lesivo,
- f) tenha praticado qualquer ilícito civil ou criminal,
- g) seja considerado inidôneo ou suspenso, por descumprimento de legislação em vigor,
- h) venha a ser inscrito no Cadastro Nacional de Empresas inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP}, a Associação Beneficente João Paulo II poderá declarar o Terceiro impedido de contratar com

a Associação Beneficente João Paulo II, pelo prazo de até 2 (dois) anos e terá sua inscrição cancelada no Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos sofridos pela Associação Beneficente João Paulo II e das demais sanções aplicáveis;

II. Pela inexecução parcial do objeto da contratação decorrente de atraso, a Associação Beneficente João Paulo II poderá aplicar à contratada multa equivalente a 1% (um por cento), sobre o valor total do material e/ou serviços não entregues pontualmente, por dia de atraso, limitado até 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais condições contratuais estabelecidas;

III. Pela inexecução parcial do objeto da contratação decorrente de interrupção da entrega de material ou da prestação de serviços, a Associação Beneficente João Paulo II poderá aplicar multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor residual, bem como declarar a contratada impedida de celebrar novos contratos com a Associação Beneficente João Paulo II pelo prazo de 1 (um) ano e cancelar sua inscrição junto ao Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II; e

IV. Pela inexecução total do objeto da contratação, a Associação Beneficente João Paulo II poderá aplicar à contratada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global estimado do contrato, bem como declarar a contratada impedida de celebrar novos contratos com a Associação Beneficente João Paulo II pelo prazo de 2 (dois) anos e cancelar sua inscrição junto ao Cadastro de Fornecedores da Associação Beneficente João Paulo II.

Parágrafo Único

As multas não possuem caráter compensatório e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções descritas para cada caso inclusive as contratuais, sendo que sua cobrança não isentará a contratada da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos sofridos pela Associação Beneficente João Paulo II.

Título VI

DOAÇÃO E PATROCÍNIO

Artigo 74º

Para fins e efeitos deste Regulamento considera-se:

- a) doação o contrato em que uma pessoa, por liberdade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para a Associação Beneficente João Paulo II;
- b) patrocínio é o contrato do qual o patrocinador obriga-se a uma prestação pecuniária ou fornecimento de bens e/ou serviços para a Associação Beneficente João Paulo II que em contrapartida efetuará a divulgação do nome ou marca do patrocinador nas manifestações de sua atividade conforme estabelecido entre as partes, quando autorizado pelo doador e/ou patrocinador.

Artigo 75º

Toda e qualquer doação ou patrocínio em favor da Associação Beneficente João Paulo II serão efetuados de acordo com as seguintes diretrizes:

- I. Toda e qualquer doação e patrocínio não deverá ser utilizada como instrumento de obtenção e/ou manutenção de negócios e/ou vantagens indevidas junto a Associação Beneficente João Paulo II, assim como estas não devem influenciar uma decisão comercial, levar a uma relação de dependência e/ou dar a impressão de impropriedade;
- II. Toda e qualquer contribuição a título de doação e patrocínio não deverá estar atrelada a contrapartida como indicação, recomendação ou compra de bens ou serviços de qualquer natureza; e
- III. A promoção institucional é a única contrapartida admitida às contribuições realizadas a título de doação e patrocínio.

Artigo 76º

Para a celebração de doação ou patrocínio com pessoas jurídicas deverá o doador ou patrocinador apresentar cópia de Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica junto ao Ministério da Fazenda (CNPJ), e de seu ato constitutivo atualizado e declaração de aceitação das diretrizes descritas no artigo 69º supra e da conduta anticorrupção.

Título VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 77º

É facultado à Associação Beneficente João Paulo II convocar o concorrente remanescente, na ordem de classificação do procedimento de compra ou contratação, independentemente de sua modalidade, para a assinatura de contrato, ou revogar o procedimento de compra ou contratação, a seu critério, caso a vencedora convocada, no prazo estabelecido, não assine o contrato ou não retire e aceite o instrumento equivalente ou ainda tenha deixado ou deixe, no momento oportuno, de apresentar qualquer dos documentos de Habilitação dispostos neste Regulamento, responsabilizando-se esta pelos prejuízos causados à Associação Beneficente João Paulo II.

Artigo 78º

Não será exigida a prestação de garantia para as contratações resultantes deste Regulamento, salvo na hipótese de locação de bens e materiais e se a Associação Beneficente João Paulo II, a seu critério, entender aplicável.

Artigo 79º

A Associação Beneficente João Paulo II poderá suspender, invalidar, anular, tornar nulo, revogar ou cancelar qualquer procedimento de compra ou contratação, por razões de seu exclusivo interesse, em qualquer tempo, sem que caiba a qualquer Terceiro direito a qualquer indenização de qualquer natureza.

Artigo 80º

Todo e qualquer Terceiro é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados para a Associação Beneficente

João Paulo II, bem como pela avaliação de todas as informações e das condições locais para o cumprimento de sua obrigação.

Artigo 81º

É vedado a todo e qualquer Terceiro negociar, seja com quem for ou porque forma ou meio, os créditos correspondentes à remuneração pelo fornecimento de materiais e/ou serviços, abstendo-se de sacar letras de câmbio, duplicata, ou qualquer outro título de crédito, especialmente com o objetivo de endossá-lo a qualquer terceiro, seja para garantia de operação financeira ou não.

Artigo 82º

Os casos omissos neste Regulamento serão decididos em conformidade com os usos e costumes, os princípios deste Regulamento e jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE) e Tribunal de Contas da União (TCU), observando-se as regras de alçada estabelecidas no Estatuto Social da Associação Beneficente João Paulo II e de seu Regimento Interno, assim como de suas normas e políticas que estiverem em vigor na ocasião.

Artigo 83º

Este Regulamento será passível de revisões sempre que alterações ou adequações se façam necessárias, e será aprovado na forma prevista no Estatuto Social e Regimento Interno da Associação Beneficente João Paulo II.

Artigo 84º

O presente Regulamento entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias e revogará todas as disposições em contrário.